



APRENDER

Compreender como funciona o alfabeto

LEITURA • ESCRITA • RECURSOS

Autoria: Ana Paula Vale Edição: Andreia Lobo

O princípio alfabético é o mecanismo de funcionamento dos sistemas de escrita alfabética. De acordo com este princípio, cada fonema é representado por um grafema. Compreender o funcionamento do princípio alfabético é a chave da aprendizagem da leitura e da escrita. O princípio alfabético é a base da decodificação/codificação, assim como a da aprendizagem do código ortográfico.

1. Princípio alfabético

Princípio alfabético é a ideia de que, nos sistemas de escrita alfabética, existe uma relação previsível entre os **fonemas** e os **grafemas**. A aprendizagem desse princípio permite, na escrita, **codificar** fonemas em grafemas (concretamente, em letras) e, na leitura, **decodificar**, isto é, transformar a sequência de letras numa sequência de fonemas que, fisicamente, se manifesta (dizendo-os ou pensando-os) como uma sequência de sons da fala.

A particularidade do princípio alfabético é que as consoantes e as vogais são representadas separadamente. Isto exige a capacidade mental de isolar as consoantes das vogais. Uma operação que não conseguimos realizar fisicamente quando falamos já que, ao pronunciarmos uma consoante, produzimos simultaneamente a vogal que se lhe segue. Quem não sabe ler e escrever no sistema alfabético, não faz essa distinção. **Só faz essa distinção quem aprende a ler e escrever utilizando um alfabeto.**

Na ortografia portuguesa, cerca de **60% das correspondências entre grafemas consonânticos e fonemas (leitura) são relações fixas**. Nestes casos, a pronúncia do grafema não depende do contexto em que ocorre (letra anterior ou letra seguinte) e também é sempre a mesma, qualquer que seja a posição que ocupe na palavra. Por exemplo, o grafema <lh> tem sempre associado o fonema /λ/, o <rr> corresponde sempre ao fonema /R/, o <hu> corresponde ao /u/, o <p> lê-se sempre /p/, o <t> corresponde a /t/. A **codificação de fonemas em grafemas**, que estabelecemos quando escrevemos, é **mais inconsistente**. A relação é de 1:1.9 (fonema:grafema). O que significa que há um grau de incerteza considerável quando temos que decidir como codificar um certo fonema. Se pensarmos nos fonemas consonânticos do português, verificaremos que apenas 11 correspondem a um grafema fixo.

O princípio alfabético é, no entanto, reelaborado pelo aprendiz quando a decodificação de um grafema (leitura) depende do contexto em que este ocorre. Por exemplo, <s> corresponde ao fonema /z/ entre vogais ("casa"), ao fonema /s/ no início das palavras ("sino") e, na maioria dos casos, ao fonema /ʃ/ no final das sílabas ("festas"). Embora estas

correspondências sejam inteiramente consistentes em cada um dos contextos, **aprender que existem diferentes conversões fonológicas para o mesmo grafema envolve uma complexidade maior do que a do uso do princípio alfabético estrito**. Requer conhecimento alfabético (relação entre letras e fonemas) em conjunção com a aprendizagem de regras contextuais.

Cerca de 15% dos grafemas consonânticos do sistema ortográfico português tem correspondências fonológicas que são consistentes em função de constrangimentos contextuais. As vogais são grafemas inconsistentes ou irregulares, o que gera frequentemente leituras imprecisas ou lentas, porque nem sempre é imediatamente claro como podemos decodificá-las. Pensemos, por exemplo, na palavra “tenhamos”, e perceberemos facilmente que a leitura do <e> e do <a> constituirá um desafio para quem está a aprender. No entanto, os acentos gráficos permitem resolver a maioria das ambiguidades.

Na escrita, apenas as vogais nasais, o /g/, o /k/ e o /R/ dependem de regras contextuais. Muitos fonemas têm correspondências irregulares na escrita, isto é, não existem regras que determinem a escolha do grafema. Por exemplo, o fonema /u/ em sílaba átona pré-tónica pode escrever-se com <u> (“buraco”) ou com <o> (“bonito”); o fonema /z/ escreve-se com <z> em “buzina” e com <s> em “visita”.

Numa representação alfabética ideal, haveria uma correspondência biunívoca entre cada letra e a sua pronúncia. Mas, na maioria das línguas, há muitas exceções. Por isso, **não é suficiente compreender o princípio alfabético**. Temos de **adquirir o código ortográfico da língua**. O código ortográfico é o conjunto de regras e regularidades que representa várias dimensões linguísticas: não apenas a fonologia, mas também essencialmente a morfologia e o conhecimento de palavras particulares, que usamos quando lemos e escrevemos palavras. É esse conhecimento mais elaborado que permite, por exemplo, distinguir na leitura e na escrita <cozer> de <coser>, embora tenham a mesma fonologia, isto é, sejam palavras homófonas.

Veja-se outra ilustração muito simples da necessidade do código ortográfico: “papa” e “papá”. São palavras e conceitos que não podemos confundir. Na escrita, a diferença é mínima: o “a” final, na primeira palavra, recebe acento e, na última, não. A letra (e grafema) <p> corresponde de maneira biunívoca ao fonema /p/ e, por isso, lê-se da mesma maneira sempre que aparece. Porém, a letra <a> não se lê da mesma maneira na primeira sílaba de “papa” e de “papá”.

Porque é que isso acontece? A grande maioria dos substantivos em português são paroxítonos (acentuados na penúltima sílaba) e, em virtude disso, o primeiro “pa” de “papa” não precisa de acento para ser lido como o último de “papá”, enquanto este precisa, para não ser lido como o último “a” de “papa” e para a palavra ser oxítone (acentuada na última sílaba).

Em resumo, a mesma letra <a>, nas primeiras sílabas de “papa” e de “papá”, corresponde a dois fonemas vocálicos diferentes e, em contrapartida, dois grafemas vocálicos diferentes (<a> e <á>) podem corresponder ao mesmo fonema. **São complexidades do semicomplexo código ortográfico da língua portuguesa que não devem ser ensinadas**

aos alunos logo de início, mas que os seus alfabetizadores devem dominar completamente para poderem organizar o processo de alfabetização.

2. A importância da apreensão do princípio alfabético

Aprender a usar o princípio alfabético implica aprender:

- a) nomes e sons de letras** ou grupos de letras (grafemas);
- b) a detetar, identificar e isolar os fonemas** que constituem as palavras – tomar consciência dos fonemas;
- c) a estabelecer associações entre grafemas e fonemas** numa sequência ortográfica.

Estes três tipos de conhecimento são adquiridos e desenvolvem-se em estreita interação, influenciando-se reciprocamente. Conhecer letras ajuda a identificar os fonemas das palavras; por sua vez, tomar consciência dos fonemas ajuda a reter o som das letras e a compreender o seu papel na representação escrita de palavras, canalizando a atenção da criança para os detalhes e para a combinação de letras numa palavra. Por isso, cada um desses conhecimentos tem uma função que é necessária para a aprendizagem da decodificação e da codificação, mecanismos **indispensáveis para aprender a ler num sistema alfabético.**

Além destes conhecimentos, **o uso do princípio alfabético depende também da capacidade de memória de trabalho.** A razão: a transformação de uma sequência de letras num padrão fonológico (que é uma palavra, na maior parte dos casos) e, vice-versa, a codificação de uma sequência fonológica em escrita exigem a manutenção da cadeia de fonemas que a criança vai convertendo e juntando numa memória ativa até pronunciar ou até escrever a palavra.

3. O que a ciência nos mostra

Um vasto número de estudos provou que **as crianças não conseguem apreender o funcionamento do princípio alfabético se forem apenas expostas a material escrito**, sem que as relações entre grafemas e fonemas sejam ensinadas explicitamente. Podem reconhecer globalmente algumas palavras escritas, mas a memória é limitada e essa aprendizagem não lhes permite compreender a relação entre os grafemas e os fonemas. Por exemplo, é possível que uma criança tenha aprendido a dizer a palavra “sapo” face ao padrão ortográfico <sapo>, diga “Olga” para o padrão <Olga> e diga “lua” para <lua>. No entanto, só por si, isso não a vai capacitar para ler a palavra <sol>, embora os grafemas desta palavra se encontrem nas outras.

Também está bem estabelecido que **a aprendizagem do princípio alfabético**, e a sua aplicação na decodificação/codificação de palavras, **é mais eficaz quando há ensino explícito dos seus dois componentes fundacionais: o conhecimento de letras e a tomada de consciência dos fonemas.** Ensinar apenas as letras, soletrá-las ou pronunciar-las sílaba a sílaba, sem explicitar o seu papel na representação de cada fonema identificado na palavra, torna difícil compreender o funcionamento do princípio alfabético, torna mais difícil aprender a ler e a escrever.

A ciência mostra ainda que **a aprendizagem do princípio alfabético tem um efeito robusto de generalização**. Quando uma criança aprende como pronunciar um grafema numa palavra (e.g., <l> em - /lue/), é capaz de ler esse grafema em palavras novas, mesmo que esteja noutra posição da palavra.

Não menos relevantes são as evidências de que esse **efeito de generalização** se torna um **facilitador da leitura e de escrita de palavras novas** e uma plataforma para o desenvolvimento da leitura e da escrita. Quando as crianças conhecem letras, conseguem identificar fonemas nas palavras e compreendem o funcionamento do princípio alfabético, vão adquirindo autonomia para ler/escrever palavras novas através de um mecanismo de autoensino. Se sabe decodificar <lupa> e <cor>, consegue decodificar <pular> sem assistência externa. Essa capacidade vai fortalecendo o mecanismo de decodificação/codificação e vai aumentando o conhecimento de palavras escritas. Cada nova palavra bem lida/escrita aumenta a probabilidade de ler/escrever melhor uma outra palavra que partilhe com ela alguns grafemas/fonemas.

Recentemente têm vindo a tornar-se consolidadas as provas de que **o ensino conjunto da escrita e da leitura maximiza as aprendizagens alfabéticas**. Escrever uma palavra que é lida de seguida ajuda a reter o seu padrão ortográfico em simultâneo com a sua pronúncia, o que melhora o desempenho ulterior na leitura e na escrita não apenas dessa palavra, mas também de outras que partilhem segmentos dessa palavra.

Leituras Sugeridas

- Byrne, B. (2013). Teorias sobre a aquisição da leitura. In M. J. Snowling & C. Hulme (Orgs.), *A Ciência da Leitura* (pp. 123-137). Porto Alegre: Penso. ISBN: 978-85-65848-51-0. [Tradução de: Byrne, B. (2005). Theories of learning to read. In M. J. Snowling & C. Hulme (Eds.), *The science of reading: A handbook* (pp. 104–119). Malden, MA: Blackwell. doi:10.1002/9780470757642.ch6]
- Byrne, B., & Fielding-Barnsley, R. (1989). Phonemic awareness and letter knowledge in the child's acquisition of the alphabetic principle. *Journal of Educational Psychology*, 81, 313–321
- Kolinsky, R., Leite, I., Carvalho, C., Franco, A., & Morais, J. (2018). Completely illiterate adults can learn to decode in 3 months. *Reading and Writing*, 31(3), 649–677. <https://doi.org/10.1007/s11145-017-9804-7>.
- Morais, J. (2012). *Criar Leitores. O ensino da leitura - para professores e encarregados de educação*. Porto: Livpsic.

Ler também

PREPARAR – Consciência fonológica, relação entre linguagem oral e escrita

APRENDER – Tomada de consciência dos fonemas

APRENDER – Métodos fónicos